



COLEÇÃO PROINFANTIL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ministério da Educação
Secretaria de Educação a Distância
Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil



COLEÇÃO PROINFANTIL

MÓDULO 1

UNIDADE 5

LIVRO DE ESTUDO - VOL. 2

Karina Rizek Lopes (Org.)
Roseana Pereira Mendes (Org.)
Vitória Líbia Barreto de Faria (Org.)

Brasília 2005

Ficha Catalográfica – Maria Aparecida Duarte – CRB 6/1047

L788 Livro de estudo / Karina Rizek Lopes, Roseana Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria, organizadoras. – Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005.
38p. (Coleção PROINFANTIL; Unidade 5)

1. Educação de crianças. 2. Programa de Formação de Professores de Educação Infantil. I. Lopes, Karina Rizek. II. Mendes, Roseana Pereira. III. Faria, Vitória Líbia Barreto de.

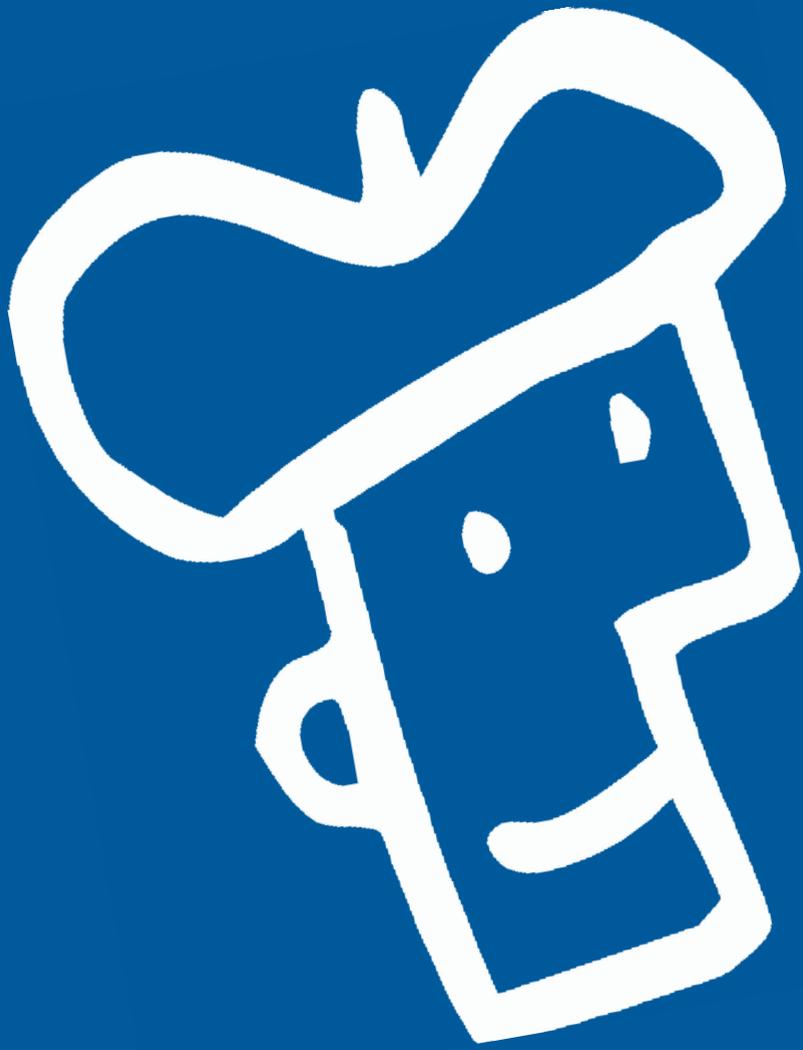
CDD: 372.2

CDU: 372.4

MÓDULO 1

UNIDADE 5

LIVRO DE ESTUDO - VOL. 2



SUMÁRIO

ESTUDO DE TEMAS ESPECÍFICOS 8

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E OS SEUS PROFISSIONAIS 9

Seção 1 – A formação do professor e da professora da Educação Infantil no contexto atual (as exigências da formação hoje) 11

Seção 2 – Trajetórias dos profissionais da Educação Infantil: ambigüidades, dualidades e identidades profissionais 14

Seção 3 – Desafios da formação, profissionalização e valorização dos profissionais da Educação Infantil na atualidade brasileira 29

ESTUDO DE TEMAS ESPECÍFICOS



FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL E OS SEUS PROFISSIONAIS

*Renova-te.
Renasce em ti mesmo.
Multiplica teus olhos para veres mais.
Multiplica teus braços para semeares tudo.
Destrói os olhos que tiverem visto.
Cria outros, para visões novas.
Destrói os braços que tiverem semeado,
Para se esquecerem de colher.
Sê sempre o mesmo.
Sempre outro.
Mas sempre alto.
Sempre longe.
E dentro de tudo.*

Cecília Meireles¹



¹Cecília Meireles: mais conhecida por seus textos literários, Cecília Meireles foi uma intelectual participante, nas décadas de 20 e 30, dos debates educacionais de sua época.

ABRINDO NOSSO DIÁLOGO

Você já estudou importantes aspectos da História da Educação e da Educação Infantil no Brasil. Assim, pôde construir conhecimentos sobre a infância, a família e as instituições educacionais que compartilham a educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos em nossa sociedade. Nesta unidade, você terá a oportunidade de refletir sobre os(as) profissionais da Educação Infantil como sujeitos essenciais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade das crianças de 0 a 6 anos em nosso país.

Como você estudou nas unidades anteriores, os desafios que se apresentam hoje são resultados de decisões políticas tomadas para a área da Educação Infantil, de modo que ela se desenvolveu, no Brasil, com dois tipos de atendimento paralelos: a creche, vinculada aos órgãos de assistência social, e a pré-escola, voltada para a preparação da escolarização fundamental. Muitos avanços já foram conquistados, mas essa característica das políticas voltadas para a criança de 0 a 6 anos ainda permanece em grande parte dos municípios brasileiros, que apenas recentemente começaram a tratar a Educação Infantil como parte da política educacional.

Assim, a formação de um grupo profissional para atuar com crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas foi dificultada. Hoje, após intensas lutas sociais e debates entre educadores(as), pesquisadores(as) e políticos, a Educação Infantil foi reconhecida como responsabilidade da área da educação, ainda que seja necessária a presença de conhecimentos e habilidades de outros campos profissionais.

Você já parou para pensar sobre como começou a trabalhar com Educação Infantil? E sobre o que é preciso para que um trabalho seja considerado uma PROFISSÃO? Por exemplo, uma dona de casa trabalha muito cuidando da casa e da família. Mas esse trabalho não é considerado uma profissão. Há várias formas de definir o que vem a ser uma profissão. Mas, em geral, considera-se profissão aquelas atividades que: exigem escolarização e formação específica na área de atuação a que se refere a profissão; exigem um reconhecimento de que a pessoa pode exercer aquela atividade. Geralmente o que atesta que as pessoas estão em condições de exercer uma profissão é o diploma de formação na área específica.

DEFININDO NOSSO PONTO DE CHEGADA

Os objetivos específicos desta unidade são os seguintes:

1. *Conhecer as atuais exigências para a formação do professor de Educação Infantil, compreendendo-as como o resultado de um processo de lutas e construções de diversos grupos da sociedade preocupados com a qualidade da educação da criança pequena.*

2. *Compreender as trajetórias dos profissionais da Educação Infantil, relacionando-as às atuais exigências de formação e construção de identidades profissionais.*
3. *Discutir os principais desafios da formação, profissionalização e valorização dos profissionais da Educação Infantil na atualidade brasileira.*

Cada um desses objetivos corresponde a uma seção de estudos.

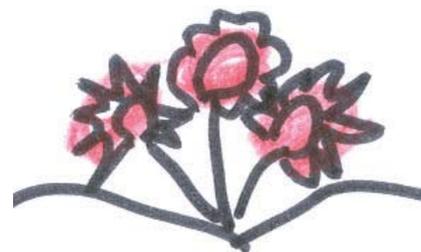
CONSTRUINDO NOSSA APRENDIZAGEM

Na Seção 1, você encontrará informações a respeito das atuais exigências para a formação do(a) professor(a) para a Educação Infantil. Na Seção 2, você estudará as trajetórias dos(as) profissionais da Educação Infantil e encontrará elementos para refletir sobre os processos de construção de identidades profissionais. Na Seção 3, você vai refletir sobre os principais desafios da formação, profissionalização e valorização desses e dessas profissionais na atualidade brasileira.

Seção 1 – A formação do professor e da professora da Educação Infantil no contexto atual (as exigências da formação hoje)

OBJETIVO ESPECÍFICO DESTA SEÇÃO:

- CONHECER AS ATUAIS EXIGÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, COMPREENDENDO-AS COMO O RESULTADO DE UM PROCESSO DE LUTAS E CONSTRUÇÕES DE DIVERSOS GRUPOS DA SOCIEDADE PREOCUPADOS COM A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA PEQUENA.



Como você já estudou na unidade anterior, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, definiu a educação da criança de 0 a 6 anos como primeira etapa da Educação Básica.

Educação Básica

É sempre bom lembrar que a Educação Básica é aquela que envolve Educação Infantil, Ensino Fundamental (1ª à 8ª série, antigo 1º grau) e Ensino Médio (antigo 2º grau).

Definiu também que para trabalhar nas creches e pré-escolas é preciso ter formação docente, ou seja, ser professor(a). Essas definições vêm regulamentar o que já havia sido previsto na Constituição Federal de 1988 (capítulo da educação) e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que reconheceram a creche e a pré-escola como direitos das crianças.

Creches e pré-escolas

Você já estudou em unidades anteriores, mas é bom recordar: o termo creche se refere ao atendimento às crianças entre 0 e 3 anos, em tempo integral ou parcial; o termo pré-escola se refere ao atendimento prestado às crianças entre 4 e 6 anos, em tempo integral ou parcial.

Em muitos municípios há, tanto na rede pública quanto na rede privada, turmas de Educação Infantil que funcionam em escolas de Ensino Fundamental.

Quando falamos em reconhecimento do direito, estamos nos referindo ao reconhecimento na lei. Isto porque a lei é o resultado da luta de diversos grupos de educadores(as), das universidades e das associações comunitárias, movimentos de luta pelos direitos das crianças e de outros grupos organizados da sociedade. Ou seja, antes de haver o reconhecimento legal, já se entendia que frequentar instituições educacionais antes dos 7 anos de idade era um direito das crianças brasileiras. Na Seção 2, você terá oportunidade de estudar e refletir um pouco sobre a história dos(as) profissionais da Educação Infantil. Por enquanto, vamos refletir sobre como chegamos a ter hoje, na legislação educacional, o reconhecimento do trabalho em Educação Infantil como trabalho que deve ser realizado por professores(as).

Como você já estudou em unidades anteriores, a área da educação dedicou-se muito mais a construir teorias e práticas educacionais para as crianças a partir dos 7 anos. Dessa forma, os profissionais da educação – professores e professoras – tiveram sua formação voltada para a atuação no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Isto significa que, mesmo havendo inúmeras instituições públicas e privadas de atendimento à criança entre 0 e 6 anos (desde os jardins-de-infância, as classes de educação pré-escolar, as creches), não havia uma política de formação específica para essa área da educação. Não havia, também, nas leis que regulamentavam a educação brasileira, exigência de um nível mínimo de escolaridade nem de formação profissional para atuação em creches e pré-escolas.

As soluções encontradas geralmente eram: turmas de pré-escolas assumidas

por professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental com habilitação em magistério no nível médio; turmas de pré-escola ou grupos de crianças em creches assumidos por pessoas, geralmente mulheres, com baixa escolaridade e sem habilitação em magistério. Estas últimas geralmente trabalhavam em instituições pré-escolares de pequeno porte e em creches comunitárias e filantrópicas conveniadas ou não com órgãos do poder público, ambas atendendo crianças das classes populares.

Magistério no nível médio

Professores que têm o magistério no nível médio são aqueles que fizeram o Curso Normal.

Com o reconhecimento de que as instituições que atendem a crianças de 0 a 6 anos de idade são instituições educacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) fixou também a formação mínima exigida para a atuação profissional nessa área. Vejamos, então, o que diz a lei:

- *A formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Lei 9.394/96, art. 62).*

Como você pode ver, essa lei estabelece como meta a formação em nível superior. No entanto, como sabemos, grande parte dos(as) professores(as) que atuam na Educação Infantil não possuem ainda o nível médio. É por isso que a legislação prevê o Curso Normal em nível médio como formação mínima atualmente.

Em 2003, o Conselho Nacional de Educação (CNE), reforçou essa decisão por meio de uma resolução que determina que os sistemas de ensino deverão realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício.

Sistemas de ensino

Os sistemas de ensino englobam as redes pública e privada em nível federal, estadual e municipal.

No caso dos professores que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), estabeleceu-se que os sistemas de ensino deverão oferecer formação em nível médio, na modalidade Normal, até que todos os docentes possuam, no mínimo, essa formação. É o caso da formação da qual você participa agora.

Na sua cidade, quem são os(as) professores(as) que atuam na Educação Infantil? Qual a sua formação e os quais os critérios que as escolas e creches utilizam para a contratação desses profissionais? Buscando respostas para estas perguntas, você vai descobrir coisas interessantes para discutir com seus colegas e com suas colegas nos encontros quinzenais.

ATIVIDADE 1

No texto que você leu, aparece a seguinte afirmação: “A área da educação dedicou-se muito mais a construir teorias e práticas educacionais para crianças a partir dos 7 anos de idade”. Qual a consequência desse fato para a formação dos profissionais que atuavam na Educação Infantil?

Seção 2 – Trajetórias dos profissionais da Educação Infantil: ambigüidades, dualidades e identidades profissionais

**- OBJETIVO ESPECÍFICO DESTA SEÇÃO:
COMPREENDER AS TRAJETÓRIAS DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL,
RELACIONANDO-AS ÀS ATUAIS EXIGÊNCIAS DE
FORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES
PROFISSIONAIS.**



Como você estudou na seção anterior, as atuais exigências de formação do(a) profissional da Educação Infantil são resultado de um processo de lutas e construções de pessoas e grupos da sociedade brasileira que buscam, ao lado dos(as) professores(as) que estão atuando nessa área, construir uma Educação Infantil de qualidade para as crianças. O(a) profissional que atua com a criança nas creches e pré-escolas tem sido considerado um dos sujeitos mais importantes para se assegurar os direitos das crianças. Assim, não se pode falar em qualidade da Educação Infantil sem falar sobre os(as) professores(as) que a conduzem no seu cotidiano.

Um aspecto interessante refere-se à forma como as pessoas que trabalham em instituições de Educação Infantil eram denominadas. No caso das pré-escolas que funcionavam apenas meio período, de forma bastante parecida com as escolas

de Ensino Fundamental, desde os primeiros jardins de infância, as pessoas que se encarregavam das atividades com as crianças, eram as professoras.

Jardins de infância

Jardim da infância foi o nome que instituições de Educação Infantil receberam em alguns estados do Brasil, como vimos nas Unidades 2 e 3 deste módulo.

No entanto, a partir do momento em que as políticas voltadas para a primeira infância no Brasil passaram a defender a expansão do atendimento pré-escolar a baixo custo na década de 60, passou a ser comum a organização de jardins, creches e “escolinhas” que contavam com pessoas sem habilitação em magistério. Dessa forma, outras denominações, além de professora, foram utilizadas para designar a pessoa encarregada dos cuidados e da educação das crianças em instituições de atendimento à criança de 0 a 6 anos. No caso das creches, por exemplo, falava-se crecheira, monitora, pajem, babá, auxiliar de desenvolvimento infantil e educadora.

ATIVIDADE 2

Na sua cidade, como são denominadas os(as) professores(as) que atuam em Educação Infantil? Há diferenças quando se trata de instituições públicas, particulares ou comunitárias? Procure saber. Essa história é parte da sua história!

Dois elementos se destacam nesse processo: o primeiro refere-se ao reconhecimento da atividade de cuidar e educar crianças em creches e pré-escolas como uma atividade que deve ser exercida por professores e por professoras. O segundo relaciona-se às exigências de formação presentes na legislação brasileira atual. Estes são, no entanto, apenas alguns dos elementos a serem considerados. Conforme o próprio título desta seção indica, há uma trajetória, uma história dos professores e das professoras da Educação Infantil. Há também uma história das idéias a respeito desses(as) profissionais, em que muito se discutiu sobre qual seria o(a) profissional mais adequado para se responsabilizar pelo cuidado e educação das crianças nas creches e pré-escolas.

Nesta seção você encontrará elementos para refletir a respeito dessa história. Faremos isto considerando duas abordagens: uma é a que analisa a história dos(as) professores(as) da Educação Infantil a partir da consideração do seu papel para a construção de uma Educação Infantil de qualidade; a outra, aborda os direitos dos(as) profissionais de creche e pré-escola que não possuem a formação escolar hoje exigida à escolarização e à formação profissional.

Então vamos lá!

Ao refletir sobre o profissional adequado para atuar na educação da criança de 0 a 6 anos de idade em creches e pré-escolas, é necessário pensar a respeito dessa criança. Ou seja, é a partir de uma compreensão da criança e dos objetivos de sua educação em escolas, creches e pré-escolas que podemos definir qual é o profissional adequado. Assim, é importante que você tenha em mente o que estudou em unidades anteriores a respeito da infância e das instituições que se responsabilizam por ela em nossa sociedade.

ATIVIDADE 3

Gente curiosa

Soledad, de cinco anos, filha de Juanita Fernández:

– Por que os cachorros não comem sobremesa?

Vera, de seis anos, filha de Elsa Villagra:

– Aonde a noite dorme? Dorme aqui, debaixo da cama?

Luis, de sete anos, filho de Francisca Bermúdez:

– Deus vai ficar irritado se eu não acreditar nele? Nem sei como contar isso a ele.

Marcos, de nove anos, filho de Silvia Awad:

– Se Deus se fez sozinho, como é que conseguiu fazer as costas.

(...)

Eduardo Galeano



O trecho citado, extraído do livro “Bocas do tempo”, de Eduardo Galeano, escritor uruguaio, nos mostra a forma curiosa e peculiar como a criança vê o mundo. Qual seria o papel dos adultos diante desta visão de mundo da criança que nos questiona e, muitas vezes, nos deixa sem respostas? Essa seria uma questão interessante para você discutir com seu grupo nos encontros quinzenais.

Como você já estudou, até a Constituição Federal de 1988, creche e pré-escola eram tratadas como duas instituições que foram criadas com objetivos diferentes. Havia, também, diferenças entre as funções desempenhadas pelas chamadas *educadoras* nas creches e as funções exercidas pelas professoras das pré-escolas (ou das turmas de Educação Infantil que funcionam em escolas de Ensino Fundamental). Começemos pela pré-escola.

Os professores, as professoras e a pré-escola

No Brasil, a defesa da necessidade de instituições pré-escolares cresce a partir da década de 60, intensificando-se nos anos 70. Tratava-se de um período da nossa história em que a educação escolar a partir dos 7 anos já era reconhecida como direito de todas as crianças e, portanto, dever do Estado criar e manter escolas para toda a população dessa faixa de idade. Assim, o ensino de Primeiro Grau, que hoje chamamos Ensino Fundamental, passou a receber um número cada vez maior de crianças. Essa expansão trouxe então outros desafios para a escola.

Um dos problemas que se agravaram nesse período foi o da **evasão** e repetência nos anos iniciais de escolarização, especialmente na primeira série, caracterizada, naquela época, como início do processo de alfabetização. Essa situação foi então denominada como **fracasso escolar**. Pesquisando as causas dos altos índices de evasão e repetência, educadores comprometidos com o direito de acesso e permanência de todas as crianças na escola mostraram que as crianças que fracassavam eram as crianças que vinham de famílias de baixa renda, geralmente de origem rural, com pais analfabetos ou com baixa escolaridade.

Uma das soluções propostas à época foi a expansão da escolarização das crianças antes dos 7 anos de idade por meio da então chamada **educação pré-primária**. O objetivo da educação pré-escolar era o de inserir a criança no ambiente escolar mais cedo, de modo a melhor prepará-la para a escolarização com ênfase na alfabetização.

Naquele momento, final dos anos 60 e início da década de 70, a educação da criança de 0 a 6 anos surgia como um problema novo nos meios educacionais brasileiros. Assim, eram raros os cursos de formação de professores que incluíam também formação para o trabalho em pré-escola. Era, geralmente, o(a) próprio(a) professor(a) formado(a) na Escola Normal para atuar da 1ª à 4ª série

do então Primeiro Grau que assumia essa tarefa nas pré-escolas, como vimos na Unidade 4 deste módulo. No entanto, foram criadas muitas pré-escolas que contratavam pessoas sem habilitação em magistério e com baixa escolaridade. Não havendo uma política de expansão da rede pública, o espaço deixado vazio pelo Estado foi ocupado pela iniciativa privada.

Dessa forma, os custos da pré-escola deveriam ser arcados pelas próprias famílias. Assim, grande parte dessas instituições funcionava sem atender a parâmetros mínimos de qualidade, dentre os quais a contratação de professores(as) habilitados(as).

Verificou-se então a ausência do Estado em criar regras para a atividade. Além disso, não houve a oferta de educação pré-escolar nos sistemas públicos de ensino que atendesse à crescente demanda apresentada pela população. Uma das conseqüências dessa ausência de regras e de políticas para a área da educação da criança de 0 a 6 anos, no que se refere à formação profissional, foi a insuficiência de cursos de formação que atendessem às características específicas das crianças menores de 7 anos em instituições educacionais. De qualquer forma, o profissional que se tinha em mente naquele momento era o(a) professor(a).

Outro aspecto que merece a nossa atenção é a denominação *pré-escolar*. Era comum referir-se à criança como “criança em idade pré-escolar”, ou seja, o que estava em questão era a sua condição de futuro estudante da escola de primeiro grau. Com isto, as atenções voltavam-se mais freqüentemente para as crianças entre 5 e 6 anos de idade, faixa etária caracterizada como preparatória para a alfabetização.

Havia, no entanto, outros grupos preocupados também com a criança nos seus primeiros anos de vida, que era atendida em creches e instituições semelhantes, geralmente ligadas a grupos filantrópicos e a órgãos públicos de assistência social e saúde. Havia também, entre as diversas lutas urbanas que ocorreram ao longo dos anos 70, luta por creches nos bairros e vilas das grandes cidades. Nesse caso, a trajetória dessas professoras, à época chamadas de monitoras, educadoras, dentre outras denominações, foi diferente e envolveu outros elementos sobre os quais vamos refletir a seguir.



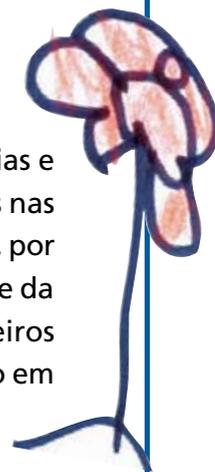
As professoras e a creche

A década de 70 foi marcada também pela expansão de creches comunitárias e filantrópicas. Essas instituições que se organizaram em espaços disponíveis nas comunidades pobres foram criadas geralmente por associações comunitárias, por igrejas e outras associações filantrópicas. Tais iniciativas eram também parte da política de atenção à criança de 0 a 6 anos, realizada pelos governos brasileiros a partir da década de 60, e funcionavam como alternativas de atendimento em creche com baixo custo para o Estado.

Para melhor compreender a história dos profissionais e das profissionais de creche, precisamos refletir sobre os objetivos que eram estabelecidos para essas instituições em relação às crianças. Diferentemente da demanda por pré-escola, tal como vimos no item anterior, a demanda por creche nasce justificada não por objetivos relacionados à escolarização, mas às necessidades das famílias, especialmente das mães, de contarem com apoio no cuidado e na educação dos filhos pequenos, para que elas pudessem trabalhar e complementar o orçamento familiar. Como se pode perceber, não se tratava de objetivos voltados para a preparação da escolarização, de modo a evitar que a criança repetisse ou mesmo abandonasse a escola.

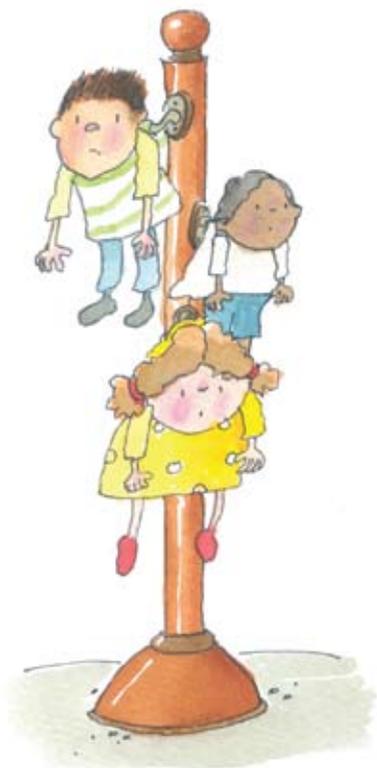
Sem uma definição clara do que era a creche e do que era a pré-escola, as instituições se organizaram de diversas formas: em período integral, em período parcial, ou conjugando as duas modalidades. A faixa etária das crianças atendidas também não obedecia a padrões claramente definidos, atendendo-se crianças desde os primeiros meses de vida até os 6 anos de idade ou mais, sob a denominação creche. Mesmo instituições que funcionavam somente meio período atendendo a crianças entre 4 e 6 anos de idade, em muitos casos, autodenominavam-se creches. Esta era uma forma de ter acesso ao repasse de recursos financeiros por parte de órgãos públicos e de instituições privadas com os quais estabeleciam convênios.

As dificuldades eram muitas, sobretudo no que se referia aos recursos financeiros que permitissem contratar professores(as) formados(as). Preocupadas em oferecer atividades pedagógicas às crianças, as creches buscavam algumas soluções. Por exemplo, quando não existia nem uma professora formada em magistério trabalhando na instituição e não havia condições para contratar, optava-se por destinar os grupos de crianças em torno de 6 anos às educadoras com maior escolaridade. Já no caso das crianças menores e, principalmente dos bebês, vigorou durante muito tempo a idéia de que bastava ser mulher, gostar de crianças e ter habilidade para os cuidados infantis básicos.



Essa percepção estava fundamentada na idéia de que essa função – cuidar de crianças de 0 a 6 anos – era uma tarefa da família, para a qual não se exigia preparação específica. Partia-se da noção de que a criança somente freqüentava a creche em razão de a mãe precisar trabalhar fora de casa e não contar com alternativas. A pessoa que se encarregaria dessa tarefa foi então identificada como *substituta da mãe*. Talvez creche estivesse vinculada à idéia de atendimento à criança de baixa renda, onde o mais importante era a atenção e o carinho, além da higiene e da alimentação proporcionadas à criança, como vimos na Unidade 1 deste módulo.

A charge abaixo, nos chama a atenção para o fato de que a creche não é um porta-crianças. Observando a imagem, de que tipo de instituição e atendimento você se lembra? Será que já conseguimos superar a idéia de creche como um espaço onde as crianças são apenas “guardadas”? Qual o papel dos(as) profissionais da Educação Infantil na superação desse quadro? Que tal discutir essas questões com seus colegas nos encontros quinzenais?



ATIVIDADE 4

Por que as creches, quando era possível, colocavam professores(as) trabalhando com as crianças maiores, deixando as menores a cargo de pessoas com menor escolaridade? Qual a sua opinião sobre esta prática? Este seria um tema interessante para ser discutido nos encontros quinzenais.



Com base em estudos que procuraram compreender o desenvolvimento dos bebês e das crianças pequenas, discutia-se a importância da presença de uma pessoa que oferecesse atenção e cuidados, proporcionando segurança e acolhimento à criança. Destacava-se a importância de que fosse um adulto que estivesse permanentemente, no trabalho, com as mesmas crianças. Isto faria com que as crianças não estivessem a cada dia sob a responsabilidade de uma pessoa diferente. Como, em nossa sociedade, nos acostumamos a pensar que os cuidados e a educação de crianças muito pequenas é uma tarefa exclusiva da família, chegou-se a pensar que o profissional deveria assumir o papel de um *substituto* da mãe. Um adulto que, na ausência da mãe, desempenharia funções muito próximas às que ela própria desempenhava junto ao(à) filho(a) em casa.

Uma das conseqüências dessa forma de pensar o lugar da criança era o fato de que a creche foi até recentemente vista como uma instituição que somente existiria para suprir necessidades de famílias que não tivessem alternativa, ela teria sempre um caráter emergencial. Com isto, não havia projetos sólidos de atendimento a toda a demanda por educação e cuidado da criança de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas.

A outra conseqüência é a de que, com essa visão, a família que utilizava a creche e, principalmente, a mãe eram vistas como incapazes de cumprir o seu papel social de cuidar e educar sozinhas os filhos e filhas. Isso, como se pode esperar, gerava uma desvalorização dos grupos sociais cujos filhos freqüentavam creches. Quanto às mães desses grupos sociais, muitas se sentiam culpadas por deixar seus filhos na creche para poderem trabalhar ou realizar outras atividades.

Essas formas de compreender o papel da creche – como substituta da família – e da professora – como substituta da mãe – foram logo em seguida muito questionadas. Isto porque partiam de uma idéia de que a criança somente podia ser cuidada no seio da família. Procurou-se então mostrar que a família é de fato o ambiente privilegiado para o desenvolvimento saudável da criança. O que não estava correto era supor que a creche deveria substituir a família e a professora, a mãe. Procurou-se, então, mostrar que se tratava de organizar tanto a creche quanto a pré-escola como instituições que acolhessem a criança, oferecendo-lhe cuidados e experiências educativas. Assim, essas instituições deveriam funcionar tendo como objetivo principal o desenvolvimento saudável das crianças pequenas, tornando-se parceira da família na tarefa de socialização das crianças de 0 a 6 anos.

E as pessoas que trabalhavam nessas instituições? Como eram vistas e como se sentiam nesse lugar? Vários estudos, realizados nos últimos vinte anos, procuraram entender essa situação também do ponto de vista das professoras que se responsabilizavam pelo cuidado e educação das crianças pequenas nas creches.

– Ah! Eu me senti super bem, porque eu achei que... puxa! Eu consegui acalmar uma criança, me senti no lugar da mãe até. Eu disse assim: Puxa, quanto que essa mãe não queria estar aqui no meu lugar acalmando a filha, para ver se a filha ficava, se acostumava. Aí eu me senti super bem, se eu pudesse estar no berçário amamentando, pegando, fazendo essa função mais assistencialista em mim do que na própria creche.

(Cida, professora.)

– O pessoal diz lá: “eu adoro criança”. Não adianta só adorar criança, tu tens que estar preparada psicologicamente para trabalhar com criança, que é diferente do teu sobrinho, em casa. Que lá tu trabalhas com dois, aqui tu trabalhas com 15 crianças. Tu tens que ter um conhecimento prévio daquela idade e de como trabalhar com ela.

(Teresa, professora.)

Os relatos acima foram colhidos pela professora Ana Beatriz Cerisara em uma pesquisa realizada por ela e encontram-se no livro “Professoras de Educação Infantil: entre o feminino e o profissional”, Coleção Questões de Nossa Época, Cortez Editora.

Nesses relatos, podemos ver duas posições diferentes com relação a como se sentem as profissionais que trabalham em creches. No primeiro depoimento, a professora fala de uma visão mais assistencialista, muito presente na sua maneira de ver a profissão. No segundo depoimento, a professora Teresa chama atenção para a necessidade que o profissional da Educação Infantil tem de dominar alguns conhecimentos que permitam que ele compreenda melhor as crianças com as quais trabalha. E você? Como se percebe enquanto profissional da Educação Infantil? Em que medida essa percepção tem se modificado no decorrer do processo de formação que você está vivendo?

Na busca de se conhecer como vinha sendo desenvolvido o trabalho nas instituições de Educação Infantil, dentre os muitos aspectos observados e analisados, a questão do profissional logo ganhou destaque. Enfatizava-se a sua importância para o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar infantis.

Ouvindo as pessoas que atuavam em creches, constatava-se que também elas tinham uma percepção de que deveriam exercer um papel de substitutas das mães. Geralmente eram mulheres que criavam creches ou mesmo trabalhavam nesses espaços institucionais como voluntárias, responsabilizando-se por grupos de crianças de diversas famílias dos bairros e vilas mais pobres. Mesmo quando era possível haver uma remuneração (geralmente muito pequena) por esse trabalho,

era comum não haver registro em carteira profissional nem os demais direitos trabalhistas. A “confusão” entre o papel da mãe e das então denominadas crecheiras ou monitoras acabava por gerar frustrações. Identificava-se que ambas sentiam-se insatisfeitas: a mãe, por sentir-se culpada por não estar permanentemente ao lado do filho ou filha; o(a) educador(a) por ser chamado(a) a exercer uma função que não era a sua, pois aquelas crianças não eram suas filhas e a creche era um espaço institucional não doméstico. Assim, os papéis ali desempenhados deveriam ser claramente diferenciados do papel da mãe e da família.



Procurava-se demonstrar que, ainda que não houvesse uma legislação que regulasse esse atendimento, havia muitos problemas que se refletiam na qualidade das experiências vivenciadas pelas crianças nas creches e também nas pré-escolas. Um dos aspectos que se referiam à organização geral dessas instituições era o grande número de crianças sob a responsabilidade de um único adulto.

O setor da educação (Secretarias Municipais, Estaduais e Ministério da Educação), como vimos ao longo desta unidade, até muito recentemente preocupava-se quase que exclusivamente com as questões escolares, não dedicando grande atenção à creche ou mesmo ao atendimento em período integral, que caracteriza parte das instituições de atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade.

Os grupos que lutavam pelos direitos das crianças defendiam, mesmo antes do reconhecimento legal, que elas tinham direito à educação e não apenas a proteção e cuidados básicos. Defendia-se que esse ou esse(a) profissional fosse um(a) educador(a) e uma pessoa que compreendesse os processos de desenvolvimento humano em seus aspectos social, cultural, psíquico, intelectual e emocional. E, sobretudo, um(a) profissional capaz de proporcionar experiências que favorecessem o seu desenvolvimento integral, o que inclui educação e os cuidados básicos necessários de acordo com a faixa etária das crianças sob sua responsabilidade.

ATIVIDADE 5

Com o tempo, a partir dos debates que professores e professoras, movimentos de luta por creche, organizações de defesa dos direitos das profissionais de creche, dentre outros, foram realizando, a palavra educadora foi ocupando o lugar das denominações anteriores, como crecheira, pajem ou monitora. De fato, educadora estava mais de acordo com o direito da criança à educação. Mesmo assim, é necessário perguntar: educador ou educadora, pode ser considerado uma profissão? Pense sobre isto e discuta com seus colegas e com suas colegas na sua instituição e nos encontros deste curso.

Como você pode perceber, os diversos elementos que compõem a área da Educação Infantil estão sendo construídos por todos(as) aqueles(as) que se preocupam ou se dedicam ao trabalho com a criança pequena. As pessoas que atuaram e se encontram atuando na Educação Infantil são personagens centrais nessa história de construção da área. Uma das formas de participação nessa construção é a própria realização do trabalho diário, encontrando soluções, desenvolvendo habilidades e conhecimentos a partir de sua prática.



Leonardo Costa Braga

Foi a partir das observações e relatos realizados pelas educadoras, que se encontravam trabalhando nas creches que pesquisadores e pesquisadoras puderam conhecer elementos essenciais do trabalho com a criança pequena em creches e pré-escolas. Essas informações foram organizadas, comparadas com outras experiências e analisadas com base em estudos e pesquisas sobre a criança, a educação, e outros temas que ajudam formular propostas educativas e de formação profissional para a área. Resultam assim em livros e outros tipos de material que orientam a formação de professores(as), a construção de propostas curriculares para a área e muitas outras ações que envolvem a política de Educação Infantil.

Outra forma de participação direta das profissionais que se encontram atuando é o processo de organização e luta por direitos trabalhistas e por definição de uma carreira. Desde o início dos movimentos por creche, uma das principais reivindicações que eram dirigidas aos Poderes Públicos referia-se aos recursos para pagamento de pessoal. Funcionando com pessoal voluntário, grande parte das instituições comunitárias e filantrópicas contava com poucos recursos para remunerar as educadoras. Essas reivindicações eram feitas pelas coordenações e diretorias de creches que demandavam apoio governamental para o funcionamento geral das instituições que atendiam a parcela da população de baixa renda.

Mesmo se tratando ainda de um momento em que não estava claro qual deveria ser o(a) profissional adequado(a) para cuidar e educar crianças em creches e pré-escolas, havia uma luta por reconhecimento dos direitos trabalhistas daquelas mulheres que se responsabilizavam pelas crianças nessas instituições. Além disso, sem os direitos trabalhistas, havia constantes mudanças no quadro de educadoras, o que prejudicava o desenvolvimento dos trabalhos com a criança.



Uma outra questão verificada nas pesquisas e diagnósticos que se realizavam no início dos anos 90 é que parte considerável das educadoras nas creches possuía baixa escolaridade. Ou seja, muitas não tinham sequer o Ensino Fundamental completo (8ª série), tendo parado de estudar na 5ª, 6ª ou 7ª série. Essa situação tornou-se então objeto de debate e de propostas de escolarização e formação profissional, por parte de especialistas da área, de organizações da sociedade voltadas para a questão da infância e, posteriormente, por parte dos Poderes Públicos. No início dos anos 90, já sob a vigência da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, que tratavam a educação da criança menor de 7 anos nos respectivos capítulos da educação, várias iniciativas foram tomadas com o objetivo de viabilizar processos de formação de educadores(as) para a primeira infância.

Em algumas cidades brasileiras, como Belo Horizonte e São Paulo, os(as) educadores(as) das creches passaram a se organizar para refletir sobre as questões relativas a sua condição profissional. Lutando por reconhecimento social da atividade que exercem, procuram mostrar a importância do trabalho que desenvolvem e dos conhecimentos construídos ao longo de muitos anos de experiência.

Os(as) profissionais de creche, hoje reconhecidos como professores(as), têm procurado mostrar a abrangência de seu trabalho, que supõe um conhecimento amplo e habilidades para proporcionar à criança experiências enriquecedoras e bem-estar físico e emocional. Para isto, além dos conhecimentos e habilidades necessários para o trabalho diário com a criança, enfatizam a importância da capacidade de promover ações que favoreçam uma relação de compartilhamento com as famílias das crianças e com a comunidade em geral.

Por acolher crianças em uma fase de desenvolvimento de maior dependência do adulto, a creche interage mais intensamente com o meio em que a criança vive. Os(as) educadores(as), em seu processo de organização, têm procurado ressaltar a importância de incorporar essa dimensão ao conjunto das habilidades consideradas necessárias para o exercício profissional. Entendem, como vem sendo defendido pelos especialistas da área, que a relação com as famílias e a comunidade é parte das atribuições da profissão. Dessa forma, não se trata de pensar na relação creche – família ou professor(a) – pais apenas com o objetivo de resolver eventuais problemas. Ao contrário, é dessa interação que se poderá construir uma relação educativa enriquecedora para a criança, para a creche e seus(suas) profissionais e para a família.



Existe uma obra pintada pela artista Tarsila do Amaral no ano de 1925, intitulada “A Família”. Nela, a artista homenageia o povo brasileiro. A tela é uma obra figurativa: podemos reconhecer facilmente as imagens. Alguns elementos do quadro – como o cabo de uma enxada ou pá nas mãos de um dos homens, os pés descalços sobre o chão verde, as frutas de cacau no colo do menino ao centro – nos levam a deduzir que esta é uma família de trabalhadores do campo. O olhar sensível da artista pode nos ajudar a desenvolver a sensibilidade necessária para compreendermos as famílias dos alunos com que trabalhamos e nos ajudar a pensar: quais as principais características das famílias das crianças com as quais eu trabalho? Quais os valores, crenças e manifestações culturais próprias a essas famílias?

Você pode perceber que, ao contrário das visões que consideravam a creche como substituta da família, hoje há uma compreensão baseada na idéia de partilha entre família e instituições educacionais. E sobre esse aspecto, você, professor(a) da Educação Infantil que já está atuando nessa área, com certeza terá importantes elementos da sua experiência para refletir nos espaços de formação dos quais participa.

Grande parte dos(as) educadores(as) de creches e pré-escolas, assim como você, está voltando para a escola para complementar a escolaridade e adquirir formação profissional na área da Educação Infantil. Isto representa um outro momento da trajetória de constituição do(a) profissional da Educação Infantil, tanto do ponto de vista dos direitos dos(as) profissionais de complementarem a escolaridade básica quanto no que se refere ao aprimoramento do trabalho com a criança.

Todas essas situações são o resultado de um processo complexo de mudança nas formas de se pensar a educação da criança de 0 a 6 anos. E, também, um processo de mudança nas identidades, ou seja, na maneira como os(as) profissionais de creche entendem e definem o próprio trabalho. Como você pôde acompanhar pelas reflexões propostas até aqui, esse processo de construção de identidades, que hoje incorpora como igualmente importantes e integradas as tarefas de cuidado e educação da criança pequena em creches e pré-escolas, não é um processo isolado. É por meio do diálogo com as crianças e suas famílias, com outros grupos e agências sociais que atuam na área da educação, bem como por meio da formação escolar e profissional que as identidades estão sendo construídas.





Leonardo Costa Braga

Há, ainda, um longo caminho a percorrer, uma vez que não temos atendimento público em número suficiente para atender a demanda, nem processos de formação de professores(as) para a Educação Infantil suficientes para habilitar o grande contingente de educadores(as) que já trabalham nas creches e pré-escolas. Além disso, é preciso pensar que a expansão do atendimento deverá contar com um número maior de professores(as) formados(as), o que exige a abertura de cursos de formação para pessoas que desejem ingressar nessa área.

Assim, reconhecendo os avanços já conquistados, precisamos refletir também sobre os imensos desafios da área de maneira geral e, especificamente, sobre os desafios da formação e valorização dos(as) da Educação Infantil na atualidade brasileira. É este o tema da nossa terceira e última seção.

ATIVIDADE 6

No texto, lemos que:

“Os grupos que lutavam pelos direitos das crianças defendiam, mesmo antes do reconhecimento legal, que elas tinham direito à educação e não apenas à proteção e cuidados básicos.”

Na sua opinião, qual a relação entre o reconhecimento do direito das crianças à educação e à formação do profissional da Educação Infantil?

Seção 3 – Desafios da formação, profissionalização e valorização dos profissionais da Educação Infantil na atualidade brasileira

OBJETIVO ESPECÍFICO DESTA SEÇÃO:

- DISCUTIR OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA FORMAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ATUALIDADE BRASILEIRA.

Nesta seção, vamos discutir alguns dos desafios que precisam ser enfrentados no que se refere à formação, profissionalização e valorização dos(as) profissionais da Educação Infantil nos dias atuais. Desafios que devem ser enfrentados pelas políticas públicas para a área, pelas creches e pré-escolas, pelas instituições de formação de profissionais e pelas próprias professoras e professores da Educação Infantil.

Do ponto de vista da política de formação de professores(as), é importante pensar que ela é parte das **políticas públicas**² para a área da Educação Infantil como um todo. Deve haver um esforço conjunto dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – no sentido de criar e manter cursos de formação de professores(as) para atuação na Educação Infantil, em nível médio e superior. Essa formação é a chamada **formação inicial**, aquela que fornece o diploma para o exercício da profissão.

A formação profissional deve ser enfrentada do ponto de vista quantitativo, ou seja, da expansão dos cursos de formação e habilitação de professores, de modo a atender às necessidades de expansão do atendimento em Educação Infantil. As propostas curriculares devem ser construídas com base nos objetivos estabelecidos para a Educação Infantil. Nessa direção, precisam contemplar as duas dimensões que constituem o eixo do trabalho com a criança de 0 a 6 anos: **educar/cuidar**, entendidas como dimensões integradas da prática profissional em Educação Infantil.

Uma formação de professores(as) com qualidade contempla a pluralidade de perspectivas teóricas, de modo a permitir ao professor e à professora amplo conhecimento das teorias pedagógicas para a primeira infância. Com base nos conhecimentos adquiridos nos processos de formação e a partir da análise da realidade institucional em que estiver inserido, professores e professoras poderão participar dos processos coletivos de construção da proposta pedagógica mais adequada.

²Você vai encontrar uma análise detalhada do que são políticas públicas e políticas sociais na Unidade 6 deste Módulo I.

A formação profissional, dessa forma, tem como meta a autonomia do(a) professor(a), baseada na capacidade de análise da realidade social do(a) educando(a), de seus processos de desenvolvimento e das condições capazes de promover o seu bem-estar.

A complexidade desses processos exige uma formação teórica sólida em diversos campos do conhecimento, tais como a psicologia, a antropologia, a educação, a saúde, dentre outros.



ATIVIDADE 7

Abaixo encontram-se algumas afirmativas relativas ao texto que você leu:

- 1. O desafio da formação profissional deve ser enfrentado pelas políticas públicas para a área da Educação Infantil, pelas creches e pré-escolas, pelas instituições de formação profissional e pelos professores e professoras.*
- 2. As propostas curriculares para a formação de professores(as) devem ter como base os objetivos da Educação Infantil.*
- 3. A formação de professores(as) deve visar a autonomia do(a) professor(a).*

Escolha uma dessas afirmativas e escreva um pequeno comentário sobre ela, baseado no que você estudou até aqui. Seu comentário pode ser discutido com seus(suas) colegas no próximo encontro quinzenal.

Um importante aspecto da formação de professores(as) é a consideração de que a prática educativa faz parte das relações humanas e ocorre em diversos espaços sociais, como a família, a escola, as associações etc. Assim, ao ingressar em um curso de formação de professores(as), as pessoas já possuem algumas idéias a respeito do que seja cuidar e educar crianças de 0 a 6 anos. São conhecimentos importantes, mas que precisam ser objeto de reflexão, já que a atividade que será exercida nas instituições de atendimento não é a mesma que ocorre em outros espaços da sociedade. A Educação Infantil é hoje, como vimos, a primeira etapa da Educação Básica no país. Supõe-se que ali haja objetivos claros a respeito das experiências que a criança vivenciará na creche ou na pré-escola. Tais objetivos serão definidos, como você terá a oportunidade de estudar em outras unidades, de acordo com a faixa etária das crianças. Isto envolve conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, a cultura do meio em que a criança vive, a organização do espaço e do tempo, dentre outros aspectos que envolvem o cotidiano da instituição de Educação Infantil.

A formação que você tem agora a oportunidade de realizar é, então, uma situação privilegiada. Você já possui experiência em Educação Infantil. Nesse caso, você já vem enfrentando os inúmeros desafios que a prática coloca no seu dia-a-dia. Já construiu, ao longo de sua experiência, saberes e formas de interpretar e agir que podem ou não coincidir com os conhecimentos teóricos que passará a estudar. As diferenças, longe de serem um problema, serão frutíferas para o crescimento dos(as) professores(as) em processo de formação, assim como para aqueles(as) que se responsabilizam por esses cursos.

A reflexão sobre essa prática deve ser um dos principais elementos da formação de professores(as) para todos os níveis de ensino. No cotidiano de seu trabalho, o(a) professor(a) constrói formas de agir e também conhecimentos. Refletir sobre eles, melhorando-os, modificando-os e ampliando sua forma de pensar e agir e até mesmo compartilhando suas experiências com outros(as) professores(as) é um importante recurso para elevar a qualidade do trabalho e também a sua satisfação profissional.

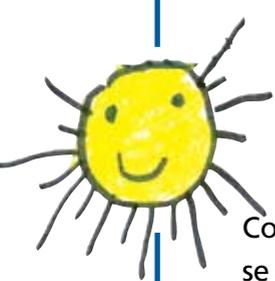
ATIVIDADE 8

Procure comparar o que você pensa e faz com o que está estudando e discuta com seus(suas) colegas de curso. Com certeza, vocês encontrarão muitos desafios e terão a oportunidade de enfrentá-los juntos!

Na instituição onde você atua, como tem sido a relação com as famílias? Este seria um assunto interessante para ser discutido com seu grupo nas reuniões quinzenais.

Diante da complexidade que envolve o trabalho de cuidar/educar em instituições de Educação Infantil, fica clara a necessidade de pensar a formação em nível médio como uma etapa necessária à habilitação dos(as) profissionais que se encontram atuando. No entanto, temos que lembrar que a legislação educacional brasileira estabelece como meta a formação em nível superior, reconhecendo o que vem sendo apontado por diferentes grupos ligados à educação em geral e à Educação Infantil de modo particular: a complexidade das questões culturais, sociais e pedagógicas envolvidas nos processos educativos demanda uma formação mais longa e aprofundada.

Outro princípio fundamental da formação de professores(as) é o de que ela não pode se esgotar na chamada formação inicial. A realidade é dinâmica e os conhecimentos não cessam de ser produzidos. Torna-se necessário que os(as) professores(as) estejam permanentemente em busca de novos conhecimentos teóricos e metodológicos que possibilitem o aprimoramento de sua prática.



Como uma função de extrema responsabilidade social, a formação continuada se constitui num direito dos(as) profissionais da educação. Formação continuada é aquela que se estende por toda a vida profissional. É através dela que, por meio de recursos e estratégias as mais diversas, o(a) profissional pode avaliar a adequação de sua prática e incorporar novos conhecimentos e habilidades que melhor correspondam às necessidades de educação e cuidado dos educandos no contexto social e cultural em que estão inseridos.

A formação continuada inclui as situações criadas no interior das creches e escolas de Educação Infantil. Pode ocorrer quando são reservados tempo e espaço para reflexão individual e coletiva sobre o trabalho, para estudos, discussões, elaboração de projetos e avaliação. Nesses momentos a equipe de professores e de professoras, coordenadores e coordenadoras, gestores e gestoras têm a oportunidade de propor soluções para os desafios encontrados na prática cotidiana e, ao mesmo tempo, identificar necessidades individuais ou coletivas de formação e aprimoramento profissional.

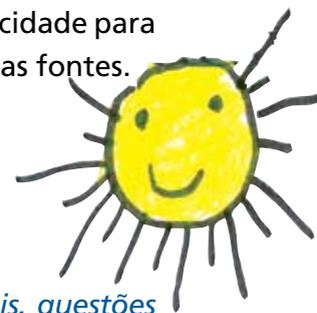
A formação continuada pode ser realizada também por meio da participação em cursos, seminários, encontros e palestras e outras estratégias que promovam situações de reflexão sobre temas direta ou indiretamente relacionados à educação, ou ainda, situações de enriquecimento cultural do(a) professor(a).

É importante também destacar que as necessidades de formação não são definidas de modo abstrato. Relacionam-se com o contexto institucional e social imediato dos(as) professores(as) e crianças. Ao mesmo tempo, é necessário termos em mente as características da nossa sociedade contemporânea, marcada pela velocidade das transformações e pela multiplicidade de conhecimentos e informações. Esta realidade exige do profissional da educação capacidade para realizar escolhas, buscar e interpretar informações das mais variadas fontes.

ATIVIDADE 9

Seria interessante discutir com seu grupo, nos encontros quinzenais, questões como: quais as experiências de formação continuada que você considera que mais contribuem para sua formação profissional? Você tem tido oportunidades de viver experiências de formação continuada? Quais têm sido as práticas de formação continuada da sua escola? E no seu município, você conhece alternativas?

Finalmente, é muito importante lembrar a importância da inserção cultural do(a) professor(a). Aqui, referimo-nos não apenas à formação profissional em seu sentido



restrito, ou seja, aquela que possibilita adquirir conhecimentos e habilidades diretamente relacionados à prática. A formação humana ultrapassa os mecanismos formalizados ou institucionais. Na nossa sociedade, são múltiplos os espaços que nos permitem conhecer, experimentar e expressar sentimentos e conhecimentos, desenvolver uma postura de valorização da nossa cultura e de culturas distantes. Usufruir os recursos culturais da cidade, como cinemas, teatros e museus, dentre outros, são experiências de formação humana do(a) professor(a) e de todas as pessoas. São, antes de tudo, direito de todos os cidadãos e de todas as cidadãs.

Essa pessoa, que decide ser professor ou professora, plenamente inserida na sociedade e na cultura terá elementos a mais para proporcionar experiências as mais variadas às crianças, concebendo o seu desenvolvimento muito além dos processos cognitivos. Ou seja, relacionando-se com essa criança como um ser inteiro, que já nasce inserido numa cultura e num grupo social de que deverá participar, construir e transformar.

Como já dissemos, os desafios da formação dos(as) professores(as) não serão enfrentados por setores isolados. Há um esforço próprio do(a) professor(a) nesse processo. Mas uma formação entendida em sentido amplo depende da criação de condições adequadas pelos Poderes Públicos, responsáveis por assegurar uma educação de qualidade a todas as crianças.

Dentre as ações que dependem diretamente do Poder Público está, sem dúvida, a estruturação de processos formais, que ofereçam formação escolar e profissional, como este curso no qual você está participando. Esses processos, no entanto, não são suficientes. Um dos grandes desafios da atualidade é a valorização dos(as) profissionais por meio da estruturação de carreiras nos sistemas públicos de ensino que incorporem o(a) profissional da Educação Infantil, oferecendo-lhe condições de trabalho e salários compatíveis com a importância e complexidade de seu trabalho.

Como você pôde refletir nas seções anteriores, as conquistas na área da educação infantil dependeram de lutas de amplos setores da sociedade brasileira. Professores(as) organizados(as) em sindicatos e profissionais de creche, mesmo antes do reconhecimento legal de sua profissão, já se organizavam e continuam se organizando. Os movimentos de luta por creche existentes em algumas cidades brasileiras, bem como a organização específica dos(as) professores(as) por melhores condições de trabalho e por uma Educação Infantil de qualidade foram e continuam sendo importantes espaços de formação política, social e profissional nessa área: são importantes espaços de formação pessoal e profissional dos(as) professores(as). Ou seja, discutindo, refletindo sobre a atividade que exercem,

os(as) professores(as) da Educação Infantil vão definindo: quem somos nós, o que fazemos na área da educação e qual a especificidade de ser professor(a) de crianças 0 a 6 anos. Nesses espaços, professores(as) encontram-se como categoria e, buscando a defesa dos interesses coletivos, formulam propostas e demandas para o exercício profissional que são parte da construção desse campo de atuação.

PARA RELEMBRAR

Caro(a) professor(a),

Refletir sobre as trajetórias do(as) professores(as) da Educação Infantil é hoje um dos elementos mais importantes no processo de construção de uma Educação Infantil de qualidade. E você, que hoje participa deste processo de formação, além de contribuir para a elevação da qualidade da Educação Infantil em nosso país, resgata um direito seu: o de complementar a escolaridade básica e de realizar a formação profissional na área em que trabalha.

Alguns elementos sobre os quais refletimos nesta unidade merecem ser destacados:

- Hoje, o trabalho na Educação Infantil é reconhecido como profissão docente. Isto significa que quem trabalha com crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas é professor ou professora.
- Todos os(as) professores(as) que atuam em creches e pré-escolas devem ter, no mínimo, a formação em nível médio na modalidade Normal.
- A História da Educação Infantil no Brasil seguiu dois caminhos paralelos: um para a pré-escola e outro para a creche. Hoje, com a mobilização de amplos setores da nossa sociedade, há um esforço coletivo por tratar a educação da criança de 0 a 6 anos de idade como parte integrante da área da educação, sem diferenciações quanto à origem social das crianças e suas famílias. Com isto, um dos desafios atuais da área é o de formar professores(as) para essa área de atuação.
- Ao longo da trajetória dos professores da Educação Infantil, havia uma “confusão” entre os papéis da educadora de creche e da mãe da criança. Essa “confusão” relacionava-se com a ausência de clareza do que deveria ser a creche. Hoje, a creche é reconhecida como instituição de cuidado e educação das crianças, e seus profissionais são professores(as).



- Durante muito tempo, por causa da falta de investimento público na área e da ausência de clareza dos objetivos da Educação Infantil, as professoras que trabalhavam nas creches eram voluntárias e se encontravam em condições de trabalho muito precárias. Esta situação ainda persiste em diversas regiões do país e é um dos grandes desafios da educação brasileira na atualidade.
- O trabalho com crianças de 0 a 6 anos exige conhecimentos específicos sobre seu desenvolvimento e sobre as condições adequadas de organização do trabalho nas creches e pré-escolas. Assim, a formação profissional e a reflexão permanente sobre a prática são elementos centrais da qualidade da Educação Infantil.

ABRINDO NOSSOS HORIZONTES

Caro(a) professor(a),

A profissionalização dos(as) professores(as) da Educação Infantil é, como procuramos mostrar nesta unidade, um dos principais desafios da área na atualidade. Este processo de formação do qual você participa agora, procurando se habilitar como professor(a) da educação, é parte do esforço coletivo de construir uma Educação Infantil de qualidade e que atenda os direitos das crianças brasileiras de 0 a 6 anos de idade. Como você pode perceber também, a formação profissional é um dos elementos desse processo, e as conquistas já obtidas até aqui são fruto do compromisso e da luta de diversos setores da sociedade, como os movimentos sociais, as universidades e de diversas organizações sociais.

A profissionalização, como vimos, deve ser entendida também como direito dos(as) profissionais da Educação Infantil. Nesse processo, a formação escolar e profissional é um primeiro passo. Há ainda uma longa caminhada que precisa ser percorrida coletivamente. Na sua cidade, existe algum processo de organização com os(as) profissionais de Educação Infantil para lutar por seus direitos? Há representação de sindicato de professores(as)? Se há, qual é a participação dos(as) professores(as) da Educação Infantil?

Para você pensar: Quais os recursos culturais que sua cidade oferece? Dentre esses, a quais você tem acesso?

Procure se informar conversando com colegas da Educação Infantil sobre esses assuntos. A reflexão coletiva é o caminho necessário para a busca de soluções.

GLOSSÁRIO

Educação pré-primária: expressão que designava a escolarização das crianças na idade anterior à entrada para a então denominada escola primária. A escola primária corresponde hoje aos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental.

Evasão: situação em que o(a) estudante pára de freqüentar a escola sem concluir a série ou o nível de ensino em que se encontrava matriculado(a).

Fracasso escolar: expressão utilizada para designar a condição do(a) estudante cuja trajetória escolar é marcada pela repetência e/ou evasão escolar.

SUGESTÕES DE LEITURA

CAMPOS, Maria M. *Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional da educação infantil*. In: MEC/SEF/COEDI, *Por uma política de formação do profissional da Educação Infantil*. Brasília, 1994.

MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). *Encontros e desencontros em Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 2002.

Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil. *Educação Infantil: construindo o presente*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2002.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde (org.). *Os fazeres na educação infantil*. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Isabel de Oliveira e. *Profissionais da educação infantil: formação e construção de identidades*. (2.ed.) São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 85).

